

## INTERVENÇÃO DO DR. FELISBERTO VIEIRA, SOCIOLOGO E PRESIDENTE DA CMP POR OCASIAO DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A DIVISAO ADMINISTRATIVA

Minhas senhoras e meus senhores,

Tenho o enorme prazer de participar nesta reflexão histórica e oportuna sobre a descentralização administrativa, louvável iniciativa do Governo de Cabo Verde, envolvendo diversos segmentos da sociedade e da política nacionais, bem como amigos e parceiros internacionais. Histórica, porque este encontro vai projectar o momento para o futuro risonho, e oportuna, porque o país está grávido de assaz reflexão.

Ademais, é imperativo democrático a descentralização territorial, tornando-se mister administrá-lo, tanto quanto possível, de forma descentralizada. Levar as decisões à proximidade das regiões e atender demandas a vários níveis, em todas as suas dimensões. O sentido que nos tem hoje, quero crer, será levar os órgãos **decisores** da administração para mais próximo dos cidadãos e de os adaptar a uma representação eficaz dos diferentes níveis territoriais: local, regional e nacional.

Antes de me alongar, e porque a trilha de fundo é território, queria neste fórum prestar uma honrosa e sentida homenagem ao Eng<sup>o</sup> Celso Fernandes, recentemente apartado do nosso convívio, cujo emérito trabalho no Projecto EROD nos vem permitir uma leitura racional e crítica do nosso território. Devemos todos ao Eng<sup>o</sup> Celso Fernandes uma visão mais apropriada e mais precisa do espaço a administrar e desenvolver, legado de uma enorme importância para o desiderato que nos reúne neste certame.

De seguida, quero aqui felicitar o Governo de Cabo Verde não só por ter agendado a reflexão desta temática, que assumimos problemática, mas por fazê-lo com humildade e abertura, sem cartas na manga, nem verdades prévias. Os ministros da presidência do Conselho de Ministros e Reforma do Estado, Cristina Fontes Lima e da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, Ramiro Azevedo, revelaram durante uma conferência de imprensa que o Governo ainda não sabia em que moldes irá processar-se a divisão administrativa, embora manifestasse empenho em promover a descentralização e a desconcentração administrativas. A mensagem que nos deixaram tais declarações é que os cenários e as soluções precisam ser procurados, debatidos, testados e experimentados, num desafio colectivo e partilhado. Esta é uma postura ética que merece o nosso reparo e o nosso aplauso.

Quero também felicitar os organizadores deste encontro, agradecendo-lhes o convite que me formulam para fazer uma comunicação que, certamente, não será técnico-jurídica, nem técnico-administrativa, mas sim embutida de uma experiência política, cultural, social e sociológica, acrescida à trajectória de autarca da Praia, capital da nação e maior conglomerado do país, e de Presidente da Associação dos Municípios de Santiago, uma entidade composta por 9 das 22 edilidades de Cabo Verde.

Tal como o Governo de Cabo Verde, venho a esta reflexão para partilhar, para aprender e para apreender. Venho questionar, escrutinar e confrontar ideias e sonhos, cenários e soluções. Venho à mais do que necessária ética das ideias, a fazer o que manda o

verdadeiro *brainstorming*, matriz do conhecimento. O que deveremos colocar em cima da mesa, aqui e agora?

Resta-nos saber se a fragilidade económica de Cabo Verde, de natureza estrutural, será descontinuada se implementarmos a efectiva desconcentração a nível regional, com a atribuição real das competências e dos poderes. Resta-nos ainda saber se os ganhos, que fizeram o País transmigrar dos menos avançados para os de desenvolvimento médio, podem ser assegurados e potenciados com as novas incisões transformistas no nosso sistema administrativo, quiçá ainda demasiado centralista e concentrada.

Como configurar uma região administrativa? Existe em Cabo Verde uma tradição regional integralista? Para um Pequeno Estado Insular, a descentralização administrativa é integradora ou desintegradora? Ela contribuirá ou não para afirmar a indivisibilidade do Estado, firmada como grande preceito da Constituição Nacional? A descentralização e a descontração dos recursos promovem a economia ou são uma deseconomia?

Estas e outras questões já surgem face ao mínimo espectro da delimitação das regiões. É assunto que exige patriotismo e honestidade, sentido de história e de estado, noção da cultura e dos desafios do desenvolvimento. É algo sério demais para que não seja debatido por toda a sociedade e com todos os mecanismos democráticos, e constitucionais, para que a problemática não permita espaço aos Regionalistas. A delimitação das regiões não é uma questão fácil, nem pacífica. E ela terá de ser resolvida por recurso aos mecanismos da constitucionalidade.

Vejam os a nossa História. O processo histórico e dinâmico do administrativismo em Cabo Verde. Atentemos no passado para que tenhamos a dimensão do presente e do futuro. Vejam também a nossa geografia física, humana, política e cultural, para que possamos dimensionar o que nos serviria doravante.

Outrossim, Cabo Verde irradia-se em duas redes inter-conexas – a rede insular, com as suas componentes arquipelágicas, e a rede diaspórica, com as suas componentes emigratórias. Tal espectro faz do nosso País uma Nação com singularidade e especificidade, exigindo de todos uma análise inovada e ousada. Não há modelos importados que assentem como luva na realidade cabo-verdiana, pelo que estamos obrigados a um aprofundamento antropológico mais alargado e, por consequência, uma abordagem mais *sui generis*. Temos de pensar com as nossas próprias cabeças, como diria o nosso imortal Amílcar Cabral, para que possamos reinventar Cabo Verde.

Com isso, não estarei a desmerecer as contribuições alheias e alheares. Tão pouco deixarei de considerar fundamentais as experiências dos parceiros e dos amigos, alguns presentes neste Colóquio. Obviamente que outras experiências administrativas nos são importantes, sobretudo nesta fase. Para que ajuizemos os caminhos a percorrer e aqueles a não trilhar. O conhecimento administrativo dos nossos parceiros estrangeiros é mesmo crucial, pois não importa adoptar modelos modernos e bonitos, se estes não façam fluir o sistema no seu todo, nem facilitem a soberania, a democracia e o desenvolvimento, aspectos que devem ser consagrados, consolidados e potenciados.

Das várias ideias e dos eventuais modelos de descentralização e de divisão administrativa, tendo em conta o pulsar de Cabo Verde, onde as regiões querem ter

capacidade competitiva e cooperativa, parece-me ser o associativismo intermunicipal o que engloba e promete as melhores virtualidades.

Com a dinâmica e o desafio do desenvolvimento, muitas tarefas tradicionalmente dos municípios isolados (transportes urbanos, recolha e tratamento de lixos, etc.) passam a exigir parcerias entre os municípios contíguos. É o que acontece hoje na Ilha de Santiago, questão aliás aprofundada no Fórum Internacional para o Desenvolvimento de Santiago. Os grandes eixos para o desenvolvimento da ilha passam pela visão do desenvolvimento integrado e pela prática da cooperação intermunicipal.

Primeiro, com a experiência de Santo Antão e, agora, com a experiência de Santiago estão à prova algumas práticas, relativamente estáveis, de proto entidades administrativas intermunicipais.

Entrementes, a nossa Constituição Nacional admite a atribuição de tarefas públicas directamente a associações de municípios e derivando-os implicitamente à cooperação intermunicipal, abrindo caminhos para que as iniciativas de descentralização administrativas tenham também por vectores as entidades intermunicipais.

Ao enfatizar este aspecto de conglomerados autárquicos e de autarquias supramunicipais, estou apenas a chamar a atenção sobre uma realidade prática e presente, sob perfeita sintonia constitucional e de relativa transversalidade político-partidária. Convido-vos a exercitar a ideia das autarquias em *clusters*, eleitas directamente, próximas das populações e na *linha-de-frente* dos problemas quotidianos.

Obviamente que as entidades intermunicipais não esgotariam a equação sobre a divisão administrativa do arquipélago, mas elas não podem ser postas de fora, como se fossem parcelas nulas e ausentes. Elas são reais e alteram o cenário da aritmética da divisão, da multiplicação, da adição e da subacção. É evidente que as entidades intermunicipais assumiram uma importância crescente, em Cabo Verde.

Novas e outras parcelas podem entrar nesta complexa equação. O território pode ser pensado em entes intermunicipais. Ele pode ser encarado entre as ilhas indutoras (tipo Fogo-Brava, Santiago-Maio, Sal-Boavista, São Vicente-Santo Antão-São Nicolau). Pode permitir ao agrupamento por vocação de desenvolvimento (tipo Sal-Boavista-Maio) ou mesmo a ideia surgida recentemente de polarização por ilha. Todos os cenários carregam vantagens e desvantagens, perdas e ganhos, potencialidades e riscos. Alguns exigem repensar e retocar a Constituição Nacional. Mas o nosso “ultimate goal” é sempre dar voz e vez a todas as ilhas, de aproximar os serviços das populações e de alargar o espaço democrático, criando mais bem-estar, qualidade de vida e prosperidade.

Durante o Fórum Internacional para o Desenvolvimento de Santiago, a Associação dos Municípios de Santiago deu o mote ao exercício de *cluster*. Arregimentar os associados para os vários cenários da competição e da cooperação, tendo como *leitmotiv* o desenvolvimento de Cabo Verde. A ideia não é descentralizar de per si. É descentralizar para congregar, para convergir. Mais Santiago, mais Cabo Verde. Assim mais Fogo, mais Cabo Verde. Mais Santo Antão, mais Cabo Verde. Pensar globalmente e agir localmente. E vice-versa, em movimento pendular e perpétuo, como nos configura a Física. Descompactar para aderir às duas redes inter-conexas – a rede insular e a rede diaspórica, em prol de Cabo Verde.

Para terminar, quero uma vez mais sublinhar a importância deste Colóquio. Devo novamente agradecer-vos por esta oportunidade de introduzir achas nesta fogueira de ideias e achegas nesta procura de caminhos. É imperioso racionalizar o sistema e o processo administrativo. Por uma nova ordem que faça, não só a divisão administrativa, mas as outras operações que a matemática administrativa reclama. Em democracia isto é imperioso e salutar, como diria aliás o Professor Vital Moreira, abordando noutra tempo esta mesma problemática.

Muito obrigado.